

Uma legião de famintos

Lázaro Marques Neto

No momento em que Brasília desponta com um exército de 120 mil desempregados para uma população de 1,8 milhão de pessoas, é necessário que o governo e as entidades privadas façam algo para reduzir o contingente dos que estão sem colocação no mercado. A crise assume contornos singulares na medida em que aumenta o fluxo de migrantes em direção ao Distrito Federal.

Aqui, por enquanto, praticamente não há indústria e o comércio e as repartições públicas não têm como absorver essa mão-de-obra desqualificada que chega de outras regiões em busca do lote para erguer a casa para morar.

Assim, se nada for feito de concreto, os números da violência tendem a crescer acentuadamente porque um pai sem emprego é um pai faminto ao lado dos filhos igualmente com fome. Não é preciso ter bola de cristal para prever o que acontecerá num futuro não muito distante.

Um País com uma inflação acumulada na casa dos dois mil 400 por cento não pode ter na sua capital o retrato da pobreza que grassa em outras regiões, particularmente no Nordeste. Os homens públicos têm a obrigação de buscar alternativas sérias e objetivas para reduzir o drama dos desempregados e dos que passam fome 24 horas por dia.

Em Brasília, no contexto das soluções a curto prazo, o Serviço Nacional de Emprego (Sine) e o Sindicato do Comércio Varejista do DF (Sin-

divarejista) celebraram acordo para apressar providências visando a oferecer pelo menos seis mil novos empregos a quem está desempregado. A decisão, longe de ser momentânea, tem caráter permanente porque o Balcão de Empregos funcionará 12 meses por ano.

Nos 20 primeiros dias de funcionamento do balcão foram atendidas mais de dez mil pessoas, o que atesta o acerto da medida, mostrando, também o retrato vivo dessa realidade em Brasília: a luta pelo emprego. O terreno é fértil e há muito o que fazer pela frente para minimizar o drama dos que não têm como alimentar seus filhos porque estão literalmente desempregados.

Fome, desemprego e violência não rimam com democracia. O Brasil, após viver exatos 21 anos sob regime autoritário, experimenta nos dias atuais um clima de democracia plena em que felizmente todos têm assegurado na teoria e na prática o direito de livre expressão.

O País não pode deixar que sua imagem externa, já arranhada em anos anteriores por episódios envolvendo índios e direitos humanos, só para citar dois exemplos, sofra outros danos com o exército de famintos vagando pelas praças públicas, ruas, avenidas e viadutos em busca de migalhas para comer.

A fome é crescente, e quem sai dos restaurantes não raro choca-se com um flagrante verdadeiramente estarrecedor: à noite, dezenas de desempregados vasculham as latas de lixo próximas aos melhores res-

taurantes e lanchonetes não só de Brasília mas também das capitais dos estados. Esse exercício que leva a encontrar algo para comer esconde na prática a omissão de parte da sociedade em relação aos desempregados e famintos.

As políticas sociais desenvolvidas pelo Governo Federal ao longo dos últimos anos têm-se revelado recheadas de erros. A tal ponto que cresce a cada dia o número dos que não têm teto, emprego, assistência de saúde e educação. E chegou o momento de se reverter o quadro numa ação conjunta entre entidades privadas e o próprio Governo.

Não basta, apenas, dar leite, pão e casas que são verdadeiros pombois, como já foi feito anteriormente. É necessário que se pratique uma política mais bem direcionada.

Em nome do combate à inflação, de nada adianta cortar recursos para as camadas mais necessitadas se os desempregados e famintos continuam agonizando sob sol ou chuva. O País reclama medidas firmes, e não apenas decisões de caráter eleitoral visando às urnas em 1994.

Produzir empregos e assistência social é uma tarefa onde os que se omitirem certamente pagarão um alto preço num futuro não muito distante. Afinal, a sociedade deles cobrará medidas sensatas e inteligentes em benefício dos segmentos mais carentes.

■ Lázaro Marques Neto é presidente do Sindicato do Comércio Varejista do Distrito Federal

CORREIO BRAZILIENSE

23 DEZ 1993